

# **Movimento Bem Maior**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores do  
Movimento Bem Maior

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Movimento Bem Maior (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Movimento Bem Maior em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (pronunciamento técnico CPC PME (R1)), e com a interpretação técnica para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (pronunciamento técnico CPC PME (R1)), e com a interpretação técnica para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2025

*Deloitte Touche Tohmatsu*  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Ricardo Ramos da Silva  
Contador  
CRC nº 1 SP 196573/O-0

MOVIMENTO BEM MAIOR

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Valores expressos em reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2024	2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2024	2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.421.494	4.638.959	Fornecedores	6	80.672	87.444
Outros créditos	4	7.660	2.093	Obrigações fiscais	7	49.365	45.923
Despesas antecipadas		-	17.550	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	8	282.401	248.905
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		<u>7.429.154</u>	<u>4.658.602</u>	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		<u>412.438</u>	<u>382.272</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	5	-	50	Provisão para riscos	9	680.000	384.000
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		-	50				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimônio social	10	3.892.381	8.789.002
				Superávit (Déficit) do exercício		2.444.335	(4.896.621)
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.336.716	3.892.381
TOTAL DOS ATIVOS		<u>7.429.154</u>	<u>4.658.652</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>7.429.154</u>	<u>4.658.652</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOVIMENTO BEM MAIOR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	2024	2023
RECEITAS OPERACIONAIS	11	26.790.952	28.470.763
RECEITA DE TRABALHO VOLUNTÁRIO E GRATUIDADES	11	480.930	444.228
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com projetos	12	(19.834.616)	(29.973.829)
Despesas com pessoal	13	(2.205.324)	(1.758.642)
Despesas administrativas	13	(2.600.138)	(2.101.217)
Depreciação e amortização	13	(50)	(74)
Impostos e taxas	13	(96.478)	(143.302)
Trabalho voluntário e gratuidades	11 e 13	(480.930)	(444.228)
Total das despesas operacionais		(25.217.536)	(34.421.292)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.054.345	(5.506.301)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	14	390.021	609.680
Despesas financeiras	14	(32)	-
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		2.444.335	(4.896.621)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOVIMENTO BEM MAIOR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Valores expressos em reais - R\$)

---

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	2.444.335	(4.896.621)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>2.444.335</u>	<u>(4.896.621)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOVIMENTO BEM MAIOR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em reais - R\$)

---

	Nota explicativa	Patrimônio social	Superávit (Déficit) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		4.897.458	16.544	4.914.002
Integralização patrimônio social	10	3.875.000	-	3.875.000
Incorporação do superávit do exercício		16.544	(16.544)	-
Déficit do exercício		-	(4.896.621)	(4.896.621)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>8.789.002</u>	<u>(4.896.621)</u>	<u>3.892.381</u>
Incorporação do déficit acumulado	10	(4.896.621)	4.896.621	-
Superávit do exercício		-	2.444.335	2.444.335
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u><u>3.892.381</u></u>	<u><u>2.444.335</u></u>	<u><u>6.336.716</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

MOVIMENTO BEM MAIOR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	2024	2023
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Superávit (Déficit) do exercício		2.444.335	(4.896.621)
Ajuste por:			
Depreciação e amortização	13	50	74
Provisão para Riscos	9	296.000	-
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Outros créditos		(5.566)	2.738
Despesas antecipadas		17.550	(17.550)
Fornecedores		(6.772)	66.458
Obrigações fiscais		3.442	32.123
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		33.496	193.472
Projetos a pagar		-	-
Caixa líquido aplicado (gerado) atividades operacionais		<u>2.782.535</u>	<u>(4.619.306)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Integralização de patrimônio social	10	-	3.875.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		-	3.875.000
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2.782.535</u>	<u>(744.306)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	4.638.959	5.383.265
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	7.421.494	4.638.959
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2.782.535</u>	<u>(744.306)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## MOVIMENTO BEM MAIOR

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Movimento Bem Maior, daqui em diante designado simplesmente por Bem Maior ou Associação, pessoa jurídica de direito privado, é uma associação sem fins lucrativos ou econômicos, político-partidários e religiosos, com prazo indeterminado de duração.

O Bem Maior tem como finalidade prestar assistência social e promover o investimento social, a cultura da doação e a filantropia de qualquer espécie, visando os seguintes objetivos primordiais:

- i. Elaborar projetos e ações que visem a proteção, valorização e difusão da filantropia e da cultura da doação, incluindo, mas não se limitando a realização de estudos, pesquisas, eventos, cursos, exposições, apresentações, treinamentos, debates, seminários, conferências, congressos, programas, publicações, entre outros.
- ii. Doar recursos físicos, humanos e/ou financeiros a programas, projetos e ações desenvolvidos por outras instituições sem fins lucrativos e órgãos públicos.
- iii. Coordenar, executar ou coexecutar, e apoiar programas, projetos e ações de cunho assistencialista, educacional, cultural e de promoção de direitos humanos ou que promovam benefícios e/ou bem-estar da população em geral.
- iv. Fomentar e financiar ações e iniciativas de impacto social, de modo a fortalecer tais projetos, podendo praticar quaisquer atos e atividades lícitas voltadas à assistência social, educação, direitos humanos e cultura, mesmo que não estejam listados no presente Estatuto.
- v. Identificar, produzir, gerenciar e disseminar informações e conteúdo sobre a filantropia e a cultura de doação, de modo a contribuir para a discussão qualificada e ampla sobre o tema.
- vi. Apoiar a atuação de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, lideranças e outros atores políticos que atuem na promoção da filantropia e da cultura da doação ou demais atividades relacionadas.
- vii. Apoiar ações e iniciativas que estejam vinculadas ao atingimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs).
- viii. Promover ações de ensino, pesquisa, formação e capacitação, relacionados à filantropia ou a outros temas que digam respeito a seus objetivos.
- ix. Selecionar iniciativas de impacto social para receberem aporte de recursos, de modo a estimular e fortalecer tais ações, bem como monitorar a sua execução e avaliar o atingimento dos objetivos e metas estabelecidas.
- x. Promover o desenvolvimento e a estruturação das iniciativas apoiadas, por meio de apoio técnico, financeiro, e a sugestão de estratégias de governança.
- xi. Firmar convênios, contratos, acordos, termos de parceria, colaboração ou fomento; e quaisquer outros instrumentos legais, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.

- xii. Promover estudos, pesquisas e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às suas finalidades, produzidos por si ou por terceiros, divulgando-os por quaisquer meios.
- xiii. Estabelecer articulação com o Poder Público para acompanhamento da formulação e execução de políticas públicas relacionadas à filantropia.
- xiv. Realizar captação de recursos para os seus projetos, através do recebimento de doações de doadores pessoa física e pessoa jurídica.
- xv. Receber contribuições, patrocínios, auxílios, dotações, subvenções, doações e legados de seus Associados e de outras pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.
- xvi. Utilizar-se de bens móveis e imóveis que lhe sejam disponibilizados, a qualquer título, por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, na forma que lhe for legalmente permitido.
- xvii. Constituir, associar-se, titularizar cotas do capital social ou ter participação acionária em outras associações, sociedades ou fundações, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração.
- xviii. Estabelecer e gerir fundos patrimoniais e outros recursos para financiar suas atividades.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, as quais abrangem a legislação societária brasileira e o pronunciamento técnico CPC PME (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com a interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda do principal ambiente econômico da Associação, sendo, portanto, também a moeda funcional.

### 2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

## 2.4. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Associação possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

## 2.5. Principais práticas contábeis adotadas

### 2.5.1. Instrumentos financeiros

#### Ativos financeiros não derivativos

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos e recursos financeiros, que representam saldos de bancos e conta corrente.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos, conta movimento com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, e são utilizadas na quitação de obrigações de curto prazo.

#### Passivos financeiros não derivativos avaliados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Associação tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: projetos a executar.

Tal passivo financeiro é reconhecido inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esse passivo financeiro é medido pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e de 2023, incluindo operações de “hedge”.

### 2.5.2. Ativo imobilizado

#### Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumulado, quando necessário.

### Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

- Computadores e periféricos: 5 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A Associação aluga espaços de “coworking” para a realização de suas atividades operacionais, quando necessário.

#### 2.5.3. Redução ao valor recuperável

##### (i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

#### 2.5.4. Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

#### 2.5.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

#### 2.5.6. Apuração do superávit do exercício

O superávit das atividades é apurado em conformidade com o regime de competência.

O superávit do exercício será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1).

## 2.5.7. Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

## (i) Receitas sem restrições contribuições associativas e doações

A Associação recebe contribuições associativas e doações de pessoas físicas e jurídicas, reconhecidas por regime de competência.

## (ii) Receita com projetos

Contribuições e doações vinculadas a projetos reconhecidas contabilmente de acordo com os contratos firmados com financiadores adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados. Quando ocorrem repasses aos projetos, são reconhecidos contabilmente nas despesas.

## 2.5.8. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem outras tarifas em conta corrente.

## 2.5.9. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, a Associação registrou o montante de R\$480.930 (R\$444.228 em 2023) referente a trabalhos voluntários.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Banco conta movimento	417.313	534.160
Aplicações financeiras (a)	<u>7.004.181</u>	<u>4.104.799</u>
	<u>7.421.494</u>	<u>4.638.959</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com índices que tenham como meta alcançar a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI com taxa média de 100% (102% em 2023).

4. OUTROS CRÉDITOS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Adiantamentos a colaboradores	4.935	-
Impostos a recuperar	<u>2.725</u>	<u>2.093</u>
	<u>7.660</u>	<u>2.093</u>

5. IMOBILIZADO

		<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	<u>Taxa anual de depreciação - %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Imobilizado líquido</u>	<u>Imobilizado líquido</u>
Hardware	20	373	(373)	-	50

6. FORNECEDORES

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores de serviços (a)	65.932	75.251
Cartão de Crédito Corporativo	<u>14.740</u>	<u>12.193</u>
	<u>80.672</u>	<u>87.444</u>

(a) Valores referentes a serviços tomados de consultorias e de comunicação da Associação.

7. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRRF	42.833	40.626
PIS e COFINS	119	2.000
CRF	<u>6.413</u>	<u>3.297</u>
	<u>49.365</u>	<u>45.923</u>

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários a pagar	77.537	73.190
Provisão férias e encargos	158.745	132.767
Obrigações previdenciárias	<u>46.119</u>	<u>42.948</u>
	<u>282.401</u>	<u>248.905</u>

## 9. PROVISÃO PARA RISCOS

A Associação, não possui ações judiciais (como réu) de natureza tributária, trabalhista e cível, com probabilidade de perda provável ou possível para os exercícios findos em 2024 e 2023. No curso normal de suas atividades está sujeita a processos de natureza trabalhistas, cível e tributária.

A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, e quando aplicável determina ou não a necessidade da constituição de provisão para riscos.

## 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social da Associação é formado pela dotação inicial de seus Associados e pelos superávits/(déficits) acumulados em cada exercício que após sua aprovação são incorporados à rubrica Patrimônio social. Em 2024 não houve a dotação inicial de Associado, integralizado ao Patrimônio Social (R\$3.875.000 em 2023).

O superávit/(déficit) do exercício deverá ser absorvido no patrimônio social durante o exercício social seguinte, após a aprovação das demonstrações financeiras do exercício corrente pela Diretoria.

O patrimônio social da Associação é de R\$3.892.381 em 31 de dezembro de 2024 (R\$8.789.002 em 2023) montante necessário ao início e manutenção de suas atividades, integralizado em moeda nacional.

O Bem Maior poderá ser dissolvido ou extinto, a qualquer tempo, mediante deliberação em Assembleia Geral Extraordinária. Em caso de dissolução ou extinção do Bem Maior, todo o seu patrimônio remanescente deverá ser destinado para outra entidade sem fins lucrativos com fins idênticos ou semelhantes e que atenda à mesma legislação a que o Bem Maior é submetido, inclusive a Lei federal nº 13.019/14; ou será transferido a entidade pública, respeitado o Código Civil.

É vedado aos associados e membros receberem em restituição as contribuições que tiverem prestado ao patrimônio do Bem Maior. Dessa forma, o patrimônio social é proveniente da dotação inicial de seus Associados Mantenedores, que assumem compromisso de fazer aporte ao patrimônio social da Associação, nos termos do Estatuto Social, integralizado em moeda nacional.

## 11. RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita com contribuições associativas	17.750.000	18.900.000
Receitas com projetos	5.290.952	9.183.104
Receita de doações	3.750.000	387.659
Receita com trabalhos voluntários e gratuidades	480.930	444.228
	<u>27.271.882</u>	<u>28.914.991</u>

Receitas com trabalhos voluntários e gratuidades - conforme ITG 2001 (R1) menciona que os trabalhos voluntários devem ser reconhecidos pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro; e das gratuidades obtidos em sua atividade.

12. DESPESAS COM PROJETOS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas com projetos Foco: Educação (a)	(8.894.131)	(15.947.461)
Despesas com projetos Foco: Inclusão Produtiva (b)	(2.735.250)	(7.260.000)
Despesas com projetos Foco: Eixos Transversais (c)	(1.615.000)	(1.060.000)
Despesas com projetos Foco: Base Comunitária (d)	(3.588.239)	(1.981.522)
Despesas com projetos: Impulso (e)	(2.101.996)	(2.347.064)
Despesas com projetos: Específicos (f)	(900.000)	(1.377.782)
Total	<u>(19.834.616)</u>	<u>(29.973.829)</u>

A seguir apresentamos a composição das despesas aplicadas nos projetos da Associação:

- (a) Projetos Foco: Educação - tem como objetivo principal o fortalecimento da Educação no País, através de Instituições que buscam potencializar a Melhoria de Ensino e implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Instituto Iungo - Parceria BNDES	(3.000.000)	(3.000.000)
Fundação Amazônia Sustentável FAS - Parceria BNDES	-	(2.140.137)
Centro de Inovação para Educação Brasileira CIEB - Parceria BNDES	-	(1.250.000)
Instit. Pesquisas em Tecnologia e Inovação IPTI - Parceria BNDES	-	(1.159.201)
Instituto Rodrigo Mendes - Parceria BNDES	(680.312)	(843.125)
Todos Pela Educação	(2.000.000)	(3.000.000)
Parceiros da Educação	-	(2.000.000)
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	-	(1.000.000)
ANUP Assoc. Nacional das Universidades Particulares	-	(500.000)
Associação Crescer Sempre	(500.000)	(500.000)
Associação Promoção Humana Divina Providência	(480.000)	(480.000)
Umbigo do Mundo	(75.000)	(75.000)
Instituto Ponte	(100.000)	-
Associação Nova Escola	(500.000)	-
Instituto Programadores do Amanhã	(600.000)	-
Instituto de Educação e Sociedade - Salto	(208.819)	-
Instituto Ayrton Senna	(750.000)	-
Total	<u>(8.894.131)</u>	<u>(15.947.461)</u>

- (b) Projetos Foco: Inclusão Produtiva - tem como objetivo fomentar o Empreendedorismo social, através de qualificação técnica de Pessoas e Comunidades por meio de atores locais. Contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, redução da pobreza e da desigualdade.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Instituto Gerando Falcoes	-	(3.000.000)
Fundação Dom Cabral - Parceria BNDES	-	(2.500.000)
Instituto Mano Down	(1.320.000)	(1.020.000)
Instituto Ação Pela Paz	(500.000)	(500.000)
Associação Estímulo 2020	(300.000)	(240.000)
Associação Nosso Olhar	(230.250)	-
Instituto Benfeitoria	(100.000)	-
Instituto Cidades Sustentáveis	(85.000)	-
Centro de Recuperação e Educação Nutricional - CREN	(200.000)	-
	<u>(2.735.250)</u>	<u>(7.260.000)</u>

- (c) Projetos Foco: Eixos Transversais - são assuntos que atravessam diversas áreas do conhecimento e que tem relevância social, ambiental e ética. Questões como a equidade racial, justiça climática e equidade de gênero estão interconectadas exercendo influência em múltiplas dimensões:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Associação de Mulheres Negras Agbara	(280.000)	(260.000)
Fundação Tide Azevedo Setubal	(200.000)	(200.000)
ICCI - Instituto Cultura, Comunicação e Incidência	-	(100.000)
Ação Cidadania Contra a Fome, a miséria e Pela Vida	-	(500.000)
Instituto Conexão Povos da Floresta	(550.000)	-
Associação Serenas	(85.000)	-
Instituto Pacto Contra a Fome	(500.000)	-
Total	<u>(1.615.000)</u>	<u>(1.060.000)</u>

- (d) Projetos Foco: Base Comunitária - tem como objetivo principal apoiar organizações da sociedade civil e coletivos. O suporte às organizações apoiadas pelos Editais 21/22, 22/23, 23/24 e 24/25 ficam à cargo do Instituto Phi, que assessora, realiza o acompanhamento do uso adequado dos recursos e presta contas ao MBM.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
CIEDS Centro Integrado de Estudos e Programas Desenv. Sustentável	-	(200.000)
Futuro Bem Maior - Editais (21/22 - 23/24 e 24/25)	(3.588.239)	(1.781.522)
	<u>(3.588.239)</u>	<u>(1.981.522)</u>

- (e) Projetos foco: Impulso - Tem como objetivo principal o fortalecimento do campo da Filantropia no País. Esse apoio se concentra em várias áreas como: "advocacy", pesquisa, narrativas e impulsos em redes.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Inst. Para o desenvolvimento do Investimento Social IDIS	(580.000)	(760.000)
ABCR Assoc. Brasileira Captadores de Recursos	(150.000)	(250.000)
GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas	(330.000)	(204.064)
Instituto Mol	(400.000)	(300.000)
RFM Editores Ltda (Stanford Social)	(125.000)	(250.000)
Instituto Observatório do Terceiro Setor	(116.000)	(60.000)
Fundação José Paiva Netto	-	(100.000)
Associação Coletivo Papo Reto (PIPA)	(100.000)	(50.000)
Instituto Filantropia	(63.000)	(123.000)
Instituto Phi Filantropia - Latimpacto	(52.121)	(150.000)
Rede Comuá	-	(100.000)
Associação Din4mo Lab	(100.000)	-
Instituto Arredondar	(85.875)	-
<b>Total</b>	<u>(2.101.996)</u>	<u>(2.347.064)</u>

- (f) Projetos foco: Específicos - Doações de Associados com finalidade específica, que são geridos pelo MBM:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Transforma Brasil	-	(600.000)
Instituto Alimentando o Bem	(120.000)	(540.000)
Instituto Verdescola	-	(75.000)
Sociedade Benef. Israelita Bras. Hosp. Albert Einstein	(200.000)	(150.000)
Instituto Polaris	-	(12.782)
Assoc. Cultural Memorial do Holocausto	(200.000)	-
Inst. Conexão Solidária - União BR	(100.000)	-
Assoc. Educadora São Carlos - Hosp. Mãe de Deus	(80.000)	-
ACT - Casa do Coração	(50.000)	-
Associação Paulista Ampliar	(20.000)	-
Instituto não aceito Corrupção	(10.000)	-
Ações - Enchentes Rio Grande do Sul (RS)	(120.000)	-
	<u>(900.000)</u>	<u>(1.377.782)</u>

### 13. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas com pessoal	(2.205.324)	(1.758.642)
Despesas gerais e administrativas	(2.600.138)	(2.101.217)
Depreciação e amortização	(50)	(74)
Impostos, taxas e contribuições	(96.478)	(143.302)
Despesas com trabalhos voluntários e gratuidades	(480.930)	(444.228)
	<u>(5.382.920)</u>	<u>(4.447.463)</u>

## 14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras:		
Juros aplicações financeiras	390.021	609.680
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(32)	-

## 15. ISENÇÕES E RENÚNCIA FISCAL

## a. Isenções

O MBM é certificado com a Isenção do Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD). Por meio do Processo IS00111515 - DRTC-III o MBM encontra-se Isento do Recolhimento do Imposto até 08/09/2026.

Tal isenção foi obtida nos termos do Decreto nº 46.655/02, após o reconhecimento do papel do MBM enquanto organização vinculada à promoção dos Direitos Humanos através do Processo 2022/00744, Certificado nº 2310 emitido pela Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

Em 29/08/2023 o MBM obteve Declaração de Reconhecimento de Imunidade ao Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens e ou Direitos - ITCMD, por meio do processo IM00111528, com validade até 19/10/2027.

## b. Renúncia Fiscal

Em atendimento ao item 27, letra c da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

- IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica).
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).
- PIS sobre as receitas próprias.
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

## 16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Associação mantém aplicações financeiras no montante de R\$7.421.494 na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” (R\$4.638.959 em 2023), vide nota explicativa nº 3. Além de saldos a pagar com fornecedores de bens e serviços, no montante de R\$80.672 em 2024 (R\$87.444 em 2023) vide nota explicativa nº 6.

O valor contábil desses instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais equivale a seu valor justo, considerando os critérios de atualização contratados.

Durante esse exercício, a Associação não realizou operações com derivativos.

Em virtude das características e da forma de operação, bem como da posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2024, a Associação está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

É o risco de a Associação encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas a seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é garantir que ela sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação. Esse risco é considerado baixo pela Administração.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Associação auferir ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Esse risco é considerado baixo pela Administração.

17. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Associação não apresentou quaisquer avais, fianças e garantias.

18. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Associação em reunião realizada em 25 de abril de 2025.

Ana Carolina Monteiro de Barros Matarazzo  
Presidente

Valdemar Bezerra Contador  
CRC nº 1 SP 212815/O-9